

**REPRESENTAÇÕES E EMBATES EM PROJETOS DE  
ASSENTAMENTOS RURAIS EM PASSIRA (PE): uma análise  
discursiva da “imagem” e do “território real”**

**REPRESENTATIONS AND CONFRONTATION IN RURAL  
SETTLEMENT PROJECTS IN PASSIRA (PE): a discursive analysis  
between the “image” and the “real territory”**

**Hugo Arruda de Moraes**

Doutor em Geografia (UFPE) e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)  
Departamento de Geografia (DGE), Campus Natal, Rio Grande do Norte, Brasil  
hugo.geografia@yahoo.com.br

**Cláudio Jorge Moura de Castilho**

Doutor em Geografia pela Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) e Professor da Universidade  
Federal do Pernambuco (UFPE)  
Departamento de Geografia (DGEO), Campus Recife, Pernambuco, Brasil  
claudio.castilho@pq.cnpq.br

**Silvio Braz de Sousa**

Doutor em Geografia (UFG) e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento  
de Geografia (DGE), Campus Natal, Rio Grande do Norte, Brasil  
sousasb@ufrn.edu.br

**Resumo**

Este artigo possui como objetivo central apresentar os principais resultados das análises realizadas entorno da implementação dos assentamentos rurais Independência e Varamé I (Passira-PE), a partir de uma reflexão que permeia o processo de inclusão socioterritorial das famílias assentadas, tendo por base territorialidades ativas e/ou passivas. As análises demonstraram que houve entre as famílias assentadas um processo de ruptura entre a “imagem territorial projetada” dos territórios dos Projetos de Assentamento pelo MST, com o suporte do Estado, e o “território real” vivido pelas famílias assentadas. Por isso, a pesquisa retoma os discursos formulados em torno das ocupações e da realidade territorial vivida pelas famílias assentadas. A abordagem teórica fundamentou-se na problemática relacional de Raffestin visando à apreensão da complexidade da realidade espacial dos homens e das mulheres. Como metodologia, partimos da utilização da técnica da Análise Crítica do Discurso, considerando como procedimentos essenciais: descrição, interpretação e explicação dos discursos ditos. O principal resultado consistiu em apontar a existência de embates entre o discurso da realidade vivida pelas famílias assentadas e o discurso em torno da luta pela terra.

**Palavras-chave:** Território. Territorialidade. Discurso. Ruptura. Passira-PE.

## **Abstract**

The objective of this article is to introduce the main results of the analysis carried out in the implementation of Independência and Varamé I rural settlements (Passira-PE), from a reflection that involves the process of socio-territorial inclusion of families settled, based on the active and/or passive territorialities. In this perspective, the analysis revealed that there was, between the Independência and Varamé I settled families, a process of rupture from MST "territorial image projection" and the "real territory" lived by the poor families. Thus, the research considers again the discourses around the occupations and the territorial reality lived by the settlers. The theoretical support is based on Raffestin's relational problem as a way of interpreting the complexity of the men and women spatial reality. As methodology, we used the critical discourse analysis, taking into account the description, interpretation and explanation of the discourses told. The main result of this paper is to illustrate the fact that, among families settled, there is a process of a discursive clash between the reality lived by the settlers and the discourse around the struggle for land.

**Keywords:** Land. Territoriality. Discourse. Rupture. Passira-PE.

## **Introdução**

No curso do processo de produção do espaço geográfico, os homens e as mulheres ocupam e constroem seus territórios no sentido de usá-los como meio de existência – lar, trabalho, formação, lazer, etc. – nas sociedades das quais fazem parte. Enquanto este processo acontece, os sujeitos vão percebendo o seu meio material, pensando sobre esta materialidade e proferindo enunciados que formam discursos sobre o que percebem.

No caso de meios construídos sob contexto de significativas desigualdades e injustiças sociais como acontece no campo brasileiro, muitos dos enunciados ditos pelos camponeses indicam perspectivas de mudanças das suas condições materiais de existência, projetando imagens territoriais em que se possam viver melhor.

Imagens que, no jogo das relações dialéticas entre perspectivas diversas de perceber e formular discursos sobre o mundo vivido e imaginado, aproximam-se e/ou contradizem-se entre elas no âmbito da luta social secular pela terra no Brasil. E, como tais imagens justamente representam, ao mesmo tempo, o mundo vivido e imaginado, desembocando em discursos que norteiam as ações dos seus formuladores, faz-se necessário refletir sobre estes discursos para entender a complexidade do território.

No espaço agrário brasileiro, os assentamentos rurais são a materialização da reforma agrária, por meio do qual um grupo de trabalhadores rurais até então sem-terra passa a possuir uma terra em comum para o trabalho e para a vida. Todo o desenvolvimento deste território comunitário chamado de assentamento é gerido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia federal responsável pelo ordenamento fundiário e pela reforma agrária.

O objetivo central deste texto é apresentar os principais resultados de uma análise centrada no debate em torno da compreensão do processo de inclusão socioterritorial das famílias assentadas na construção dos Projetos de Assentamentos Rurais no município de Passira (PE) - Agreste Setentrional do estado de Pernambuco, Brasil. A partir de seus discursos, busca-se estudar as ações nos territórios dos assentamentos tomando por base as territorialidades ativas e/ou passivas (MORAIS, 2017).

Para tal, parte-se de uma análise que toma por base a perspectiva das territorialidades discursivas, as quais possuem por base as práticas sociais dos sujeitos em torno do processo de uso e apropriação do espaço geográfico, em forma de discurso. Isso acontece no âmbito de uma relação entre grupos humanos e seu ambiente temporo-espacial vivido, por meio da linguagem, permitindo o entendimento que as territorialidades ocorrem por meio de diferentes discursos: a) Discurso Ativo ou Positivo, uma manifestação da linguagem sobre o espaço, apresentando, em sua constituição, marcas que caracterizam ações e comportamentos ativos dos sujeitos coletivos no processo de uso, apropriação e construção do território; e b) Discurso Passivo ou Negativo, uma manifestação da linguagem sobre o espaço, não apresentando, em sua constituição, marcas que caracterizam ações e comportamentos ativos dos sujeitos coletivos no processo de uso, apropriação e construção do território (MORAIS, 2017; GOVERNA, 2005).

Nessa perspectiva, as territorialidades, nas formas de discursos ditos, podem ser definidas como agir social dos sujeitos no seu meio ambiente, sendo vistas em duas dimensões: 1. Como novas formas de mediação, relação e cognição dos sujeitos; 2. Possibilidade de construção de um novo território. Ao mesmo tempo, as territorialidades conduzem: a) Autogestão/Autogoverno/Autonomia – o sujeito é visto com capacidade

de construir seu próprio território; b) Consciência de lugar – concepção de pertencimento ao lugar (MORAIS, 2017).

A discussão realizada nas seções do presente artigo mostrou que há, entre as famílias assentadas dos Projetos de Assentamentos (PA) Independência e Varamé I, um processo de ruptura entre a realidade vivida e a institucionalizada na luta pela terra. Referenciados em Raffestin (1993), entendemos que a ruptura acontece pela construção antecipada da realidade espacial, por meio de ações de comunicação e informação, que não se traduz na realidade espacial vivenciada por um sujeito, no caso específico, pelos assentados. Isso faz com que a representação não se torne realidade, ocasionando uma ruptura clara entre “imagem territorial projetada” e o “território real” (RAFFESTIN, 1993). É importante também destacar que Saquet (2013) ao fazer uma releitura de Raffestin, nos confirma esse pensamento, apresentando uma leitura das territorialidades a partir das temporalidades. Afirma que dentro de uma análise geográfica, é necessário entender que cada sujeito se territorializa de acordo com o seu tempo, já que a vivência na realidade espacial e territorial não é a mesma para todos.

Nessa perspectiva, mostramos que a ruptura se refere à relação de desigualdade entre o território material e a imagem ou representação (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2013). Segundo Raffestin (1993), se há ruptura entre o “espaço real” e o “espaço imaginado” pelo sujeito, isto acontece devido à diferença de informação construída na ação e a contida na realidade, o que leva a um processo de embate discursivo entre a imagem territorial criada pelo MST na luta pela terra e a realidade territorial historicamente vivida pelos assentados.

Para tal, a estrutura do presente texto foi elaborada de maneira a, primeiramente, apresentarmos as técnicas de pesquisa (primeira seção); em seguida, colocarmos os territórios dos PA como espaço imaginado nos discursos do MST (segunda seção); depois, fazermos a exposição e análise dos discursos em torno da ruptura do espaço imaginado pelos assentados e o embate discursivo com o MST (terceira seção); e, por último, tecermos alguns comentários finais que serviram de encerramento do artigo (última seção).

Do ponto de vista da abordagem teórica da pesquisa ora desenvolvida, fundamentamos nossa discussão na problemática relacional proposta por Raffestin, visando à elucidação da complexidade da realidade territorial em destaque; enquanto

que utilizamos a Análise Crítica do Discurso (ACD) como caminho de análise dos dados (discursos) levantados na pesquisa. A utilização de tal técnica possibilitou a análise dos dados que toma como processo básico as etapas de descrição, interpretação e explicação dos discursos ditos pelos respondentes.

### **O caminho metodológico para coleta e análise dos discursos dos assentados**

A ACD constitui-se em um método qualitativo de procedimento e é uma abordagem crítica entre as várias vertentes de Análise do Discurso, sendo os estudos de Norman Fairclough (1989 e 2001) a referência central na área e nessa pesquisa.

Nesse sentido, o presente estudo usa técnicas da ACD, entendendo o texto como corpus de pesquisa. Por isso, fizemos uma reunião dos discursos das famílias assentadas no município de Passira-PE, tendo a técnica de entrevistas como recurso metodológico central para a obtenção do corpus.

Os discursos levantados se deram a partir de uma realidade socioterritorial dos PA, em Passira-PE. Trata-se de um município com intenso processo de espacialização e territorialização da luta pela terra, apresentando cinco (5) Projetos de Assentamentos (PA) que abrangem um total de 221 famílias assentadas (Tabela 1). Deste número de PA, foram estudados os PA Independência e Varamé I. Ambos totalizam uma população de 51 famílias assentadas.

**Tabela 1:** Passira – Projetos de Assentamentos e número de famílias assentadas

| <b>PROJETO DE ASSENTAMENTO</b> | <b>Nº de famílias assentadas</b> |
|--------------------------------|----------------------------------|
| PA Independência               | 29                               |
| PA Poço Grande                 | 100                              |
| PA Recreio II                  | 40                               |
| PA Varamé I                    | 22                               |
| PA Varamé II                   | 30                               |

Fonte: INCRA (PE), 2007; Org.: Hugo Arruda de Morais, 2016.

Estes territórios foram escolhidos estrategicamente pelos seguintes motivos: a) Projetos de Assentamentos implantados na vigência do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA); b) PA pelos quais os imóveis rurais passaram por ações de ocupação e formação de acampamentos de famílias camponesas; c) Envolvimento do

MST como movimento de apoio ao processo de luta pela terra; d) Fruto de estudo realizado anteriormente à pesquisa de doutorado.

Para a realização das entrevistas e o conseqüente levantamento do corpus, fizemos uma observação prévia dos PA para compararmos inicialmente como estava a organização desses territórios. Para essas observações, fomos sustentados na concepção de paisagem de Santos (2008). Segundo este autor, paisagem é uma das dimensões do espaço possibilitando, a partir do aparente, chegarmos a uma análise da essência do problema em tela. Ancorados no visível, do presente nos territórios, nas formas espaciais, poderemos chegar ao significado, ao conteúdo, às ações no espaço.

Pela dimensão da percepção, foi possível perceber as condições socioterritoriais da falta ou não de reais mudanças na vida das famílias. Por isso, retornamos aos assentados que já foram entrevistados na pesquisa passada. Nosso contato se deu primeiramente com estes sujeitos. Em seguida, fizemos entrevistas com alguns assentados citados nas entrevistas, uma vez que estes falaram de outros companheiros da labuta e em condições de vida semelhantes ou diferentes da sua, tanto para o lado positivo como para o negativo.

No que se refere às entrevistas para o levantamento do corpus, surgem questionamentos: quantas seriam representativas para obter os resultados desejados?; seriam entrevistadas todas as famílias assentadas que apresentassem indícios de práticas sociais que possibilitassem novos caminhos de uso e apropriação dos PA?

Para a resolução de tais problemas, recorreremos a Bauer e Aarts (2008), por meio do método da saturação. Segundo os autores, a pesquisa qualitativa visa a (1) selecionar, (2) analisar e (3) selecionar novamente, num processo cíclico. A finalização do processo aconteceu com a “saturação”, ou melhor, quando as entrevistas feitas não apresentarem nada de novo.

Por isso, deixamos claro que nossa preocupação não foi contar os discursos, e sim tê-los, pelo que, a partir deles, pudéssemos ver as formas de representações e imagens sobre a realidade estudada, compreendendo as posições ou os pontos de vista com relação ao processo de apropriação dos territórios dos PA, como também a compreensão da participação e capacidade de organização dos sujeitos nesses territórios.

Na condição de entrevistador, procuramos ter uma postura de escuta atenta com o entrevistado, interrompendo-o pouco e evitando quaisquer anotações que os intimidassem. Mas, buscamos em certos momentos instigar o entrevistado com perguntas, que julgávamos necessárias e pertinentes, e que não necessariamente estavam no roteiro da entrevista. Todas as entrevistas se deram na casa dos assentados. Já neste contato, deixamos claro quais eram os objetivos e interesses da pesquisa, esclarecendo que guardaríamos o anonimato na produção final do nosso trabalho, algo que respeitamos ao longo desta redação. As citações dos discursos serão representadas da seguinte forma: “Discurso assentado (número), PA Independência ou Varamé I”.

Também, é importante destacar que nossa grade de análise contemplou mais especificamente as respostas dadas a algumas questões colocadas: **IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DOS TERRITÓRIOS DOS PA A PARTIR DO DISCURSO DO MST: Como você conheceu o Movimento? Como aconteceram os contatos com o movimento? Comente como se deram as ocupações de terra das quais você participou? Comente sobre o período do acampamento. Como o MST descrevia/dizia que seria o assentamento rural? Qual era a imagem e/ou representação que você tinha do assentamento?; A RUPTURA COM A IMAGEM TERRITORIAL PROJETADA: O que é um assentamento rural? O que é ser um assentado? Qual a diferença entre ser trabalhador sem-terra e ser assentado? Hoje, sendo assentado, sua vida melhorou ou piorou se comparado à situação anterior? O que o MST dizia sobre o assentamento rural corresponde com o que você está vivendo? Qual o real papel do MST no acampamento e no assentamento?**

Destacamos que esse quadro de questões seguiu uma lógica de buscar compreender como as atuais famílias assentadas entendiam o processo de inclusão socioterritorial nos territórios dos PA. Porém, durante as entrevistas foi deixado claro que as perguntas caminhariam por uma lógica temporal que seguiriam etapas ligadas a determinados contextos: a fase da arregimentação e de mobilização do movimento social junto às famílias, do acampamento até a fase atual de assentamento.

Como nossa preocupação é com a relação entre “palavra/frase-significado-território”, uma relação entre discurso e território, por meio da territorialidade, seguimos etapas metodológicas: após as entrevistas em campo, buscamos realizar a descrição dos discursos, colocando-os na forma de texto. Essa é uma fase da análise que está centrada

na materialização do discurso; nas etapas de interpretação e explicação, buscou-se compreender o processo de uso e apropriação dos sujeitos no âmbito dos territórios dos PA. Ao fazer uma análise do texto, faz-se uma interpretação dos significados do discurso, bem como das relações das interações estabelecidas entre os atores e seus contextos.

Partiremos para a realização das análises que apresentamos nas seções abaixo.

### **Território do Projeto de Assentamento como representação e imagem construída pelo MST**

O processo de construção dos PA Independência e Varamé I fundamentou-se na perspectiva de constituírem territórios para vida e trabalho das famílias assentadas. Foi assim que verbalizam os assentados quando questionados com relação ao que, para eles, seria um assentamento.

**É uma terra pra trabalho e para as família viver. Aqui é onde a gente desenvolve o trabalho na agricultura** (Discurso assentado 1, PA Independência).

**O assentamento é pra trabalhar!** (Discurso assentado 2, PA Independência).

**É uma terra pra trabalhar! Aqui é terra para trabalhar e criar.** (Discurso assentado 3, PA Independência).

**É uma terra pra viver e trabalho do agricultor! O assentamento rural é uma terra que a gente vive e progride lá dentro, trabalha e sobrevive!** (Discurso assentado 6, PA Varamé I).

**É uma terra pra agricultura.** Só é pra agricultura mesmo! Agora, **pra quem tem coragem de trabalhar!** (Discurso assentado 7, PA Varamé I).

**É uma terra pra trabalho! Pra trabalho do agricultor!** Agora, **pra quem quer trabalhar.** Não pode ficar dentro do terreno sem trabalhar! Aí fica difíci! **Aqui é muito trabalho!** (Discurso assentado 8, PA Varamé I).

**É uma terra para o agricultor trabalhar.** Isso aqui é pro agricultor. **Terra de assentamento é pra o agricultor trabalhar.** É um trabalho sofrido, mai pior quando era na terra dos outro. (Discurso assentado 9, PA Varamé I).

O conteúdo e a construção desses discursos confirmam, portanto, que a perspectiva central dos assentados e das assentadas nos territórios em epígrafe reside na possibilidade de se constituírem como “terras para viver e trabalhar”. Palavras/frases/expressões como “É uma terra pra trabalho e para as família viver”, “É uma terra pra trabalhar!”, “É uma terra pra viver e trabalho do agricultor”, “É uma terra pra trabalho”, “É uma terra para o agricultor trabalhar”, “É pra trabalhar”, “É uma terra



que a gente vive e progride lá dentro, trabalha e sobrevive”, “Aqui é muito trabalho” demonstram que a existência de um PA se justifica a partir das necessidades e de atividades ligadas à agricultura.

Com isso, os PA Independência e Varamé I se constituem como realidades do camponês-assentado, ou seja, locais da unidade camponesa: “Terra de assentamento é pra o agricultor trabalhar”, “Pra trabalho do agricultor”, “É uma terra pra agricultura”, “Aqui é onde a gente desenvolve o trabalho na agricultura”, “Pra quem tem coragem de trabalhar”, “Pra quem quer trabalhar”, “Só é pra agricultura mesmo! Agora, pra quem tem coragem de trabalhar”.

Nessa perspectiva, é importante deixar claro que, antes dos PA tornarem-se territórios materiais de fato, eles eram uma construção discursiva, ou seja, eles existiam enquanto imaterialidade, por meio de um quadro discursivo construído pelo MST. Teoricamente, essa concepção toma por base o delineamento de um debate centrado no uso da linguagem como possibilidade de ação no espaço. Os discursos são formas de concretização dos planos dos sujeitos na construção de realidades territoriais. Assim, confirmou Raffestin, em entrevista realizada com ele por um dos autores deste trabalho, ao afirmar que o discurso é um caminho de se compreender as formas de como os sujeitos se apropriam do espaço e constroem territórios de vida (existência) e de trabalho.

Tais afirmativas se tornam fundamentais, uma vez que os discursos dos assentados dão pistas para o entendimento de que essa concepção de “terra para viver e trabalhar” é fruto não só da realidade vivenciada por eles mesmos no momento, da entrevista, mas, concomitantemente, de toda uma construção discursiva do MST em torno da luta pela terra. Ao mesmo tempo, reconhecemos também que a concepção de identidade do trabalho é uma construção do próprio camponês, diante do quadro amplo da realidade desse sujeito no país. Porém, aqui nos interessa o que se tem de imagem a partir da mobilização do MST.

Foram os discursos do MST que permitiram a construção de uma imagem ou uma paisagem territorial dos PA por parte das famílias assentadas, antes de sua existência. Inclusive, alguns nem tinham ou não sabiam nem o que seria um assentamento rural. O que tornava esses territórios, inicialmente sensações, representações e/ou “espaços imaginados” (RAFFESTIN, 1993), desejados e

ambicionados: “Tinha noção do que era assentamento não!” (Discurso assentado 1, PA Independência), “Eu não sabia o que era um assentamento” (Discurso assentado 8, PA Varamé I), “Não! Eu nunca sabia! Eu não sabia o que era um assentamento” (Discurso assentado 9, PA Varamé I).

Assim, verbalizam alguns assentados ao serem questionados sobre a forma como o MST descrevia o território dos PA:

Ele [MST] falava que no momento que **a gente ganhasse a terra aí noi ia ser assentado: Vai ter casa pra vocês, vocês vão trabalhar na roça, vão produzir por conta de vocês, vocês vão criar.** E não época eu não criava porque morava na rua, e na rua eu ia criar o que sem ter uma terra pra criar? Dizia [MST]: você só tem uma casa mesmo pra morar dentro (Discurso assentado 1 PA Independência).

**Que a gente ia brigar pelo pedaço de terra pra nós trabalhar e construir a nossa vida e dos nossos filho. Ter a terra pra trabalhar e ficar mais fácil pra conseguir o pão de cada dia** (Discurso assentado 4, PA Independência).

[...] **é que seja um lugar de benfeitura pra gente, pra trabalhar nele** (Discurso assentado 5, PA Independência).

No tempo que eles vinha eles [MST] **dizia que a gente ia ganhar essa terra, que a gente ia tocar essa terra pra trabalhar. [...] Eles explicava tudo pra gente! Eles dizia que era pra gente trabalhar! Só pra gente trabalhar,** não era pra butar ninguém de fora. **É só pro agricultor mesmo!** (Discurso assentado 6, PA Varamé I).

Toda semana tinha reunião, reunia o povo. **E eles falava [MST] como ia ser e o exemplo daqui foi a Condique.** Ninguém sabia de nada como era isso aqui. O exemplo foi a Condique. Quando o MST ocupou a Condique e que repartiu e o **povo pegou lote, veio projeto pra cercar terra e eles compraram bode. O povo vendo essas coisas, aí a gente se inspirou lá na Condique.** Eu mesmo me inspirei lá na Condique, eu vendo o pessoal não tendo nada e depois tendo carro, **tendo casa, terra pra trabalhar.** E lá na Condique mesmo tem um bucado de gente bem estruturado. (Discurso assentado 7, PA Varamé I).

**Nói pensava em plantar.** Isso aqui era só mato e nói descampamo tudinho pra trabalhar! (Discurso assentado 8, PA Varamé I).

O que **ele [MST] falava** era que a gente tinha que ter paciência que um dia a terra saía. E que eu sei que **é terra pro cara morar e trabalhar** (Discurso assentado 9, PA Varamé I).

As palavras/frases/expressões destacadas deixam clara a ligação entre o discurso do MST e a construção de uma realidade (imaterial) territorial centrada no trabalho do agricultor. Expressões como “Eles dizia”, “Eles falava” e “Eles explicava” mostram bem o papel discursivo do movimento na construção de um espaço imaginado. Ao verbalizarem em torno de expressões como “ganhasse terra”, “ganhar essa terra”, “brigar pela terra”, os assentados retratam o incentivo para a conquista do tão sonhado

“pedaço de chão”. Daí terem proferido expressões, como: “vai ter”, “vão trabalhar”, “vão produzir”, “vão criar”, “construir a nossa vida”, “conseguir o pão de cada dia”, “lugar de benfeitoria”, “pensava em plantar”. Estas, aparecem com um significado territorial importante: a conquista do PA possibilitaria a construção de futuro novo, bem diferente do vivido até aquele momento.

Por isso, entendemos que o discurso do MST ofereceu às famílias assentadas do PA Independência e Varamé I a possibilidade de imaginação e de diferentes formas de representação territorial. Tais construções discursivas desencadearam entre estas ações coletivas junto ao movimento, fazendo das ocupações, espaços de resistência, luta, mas também de esperança. Agir junto ao movimento seria, então, a possibilidade de deixar a condição de trabalhador rural sem-terra para ser trabalhador rural “com-terra”.

Tal perspectiva também pode ser vista em Caume (2002), em um estudo sociológico sobre as “tessituras do assentamento de reforma agrária”. Para este autor, os discursos e as práticas do MST em torno dos assentamentos rurais possibilitam a produção de imagens sobre esses territórios, por meio de uma teia discursiva e de todo o conjunto de relações de poder presentes. Segundo o mesmo autor, o assentamento rural de Reforma Agrária (RA) existiria, primeiramente, enquanto discurso, a partir de um conjunto de verbalizações “não próprias”. Nesse sentido, o território, na maioria das vezes, seria fruto de uma idealização, de discursos com forte poder ideológico (CAUME, 2002).

Por isso, afirmamos que os PA em estudo, existiram, primeiramente, enquanto discursos, tornando-se, em seguida, realidades materiais. Esses territórios tornaram-se, assim, projeções e representações do e no espaço. Daí por que as verbalizações em torno dos PA Independência e Varamé I, como “terras de vida e trabalho”, mostram a capacidade do MST em construir não só uma paisagem territorial possível, mas, ao mesmo tempo, de viabilizar novas territorialidades que visavam à conquista e à concretização dos territórios imaginados.

A partir dos discursos do MST, as famílias assentadas apropriaram-se simbolicamente da paisagem territorial dos PA e passaram à dimensão da ação. Por isso, o engajamento, envolvimento e comprometimento com o movimento não se deu unicamente pelo reconhecimento com a bandeira histórica de luta, mas, principalmente, pela possibilidade de tornar a imagem projetada nos discursos uma realidade concreta:

[...] **quando você tem um terreninho** [parcela do assentamento] **e você tiver inteligência, as coisas se desenvolve pra você. Você começa a criar**, cria uma vaca, aí aquela vaca dá cria. De uma já fei doi, de doi já fez mai trei. **Eles dizia isso: “que a gente ia ganhar a terra e íamo produzir”** (Discurso assentado 1, PA Independência).

**Se a gente vencesse** [conquistar a terra nas ocupações] **sabia que ia ter uma terra pra trabalhar. Era isso que animava as famílias: ter uma terra pra trabalhar** (Discurso assentado 2, PA Independência).

**Que a gente ia brigar pelo pedaço de terra pra nós trabalhar e construir a nossa vida e dos nossos filho. Ter a terra pra trabalhar e ficar mais fácil pra conseguir o pão de cada dia** (Discurso assentado 3, PA Independência).

**A gente pensava que, como já vinha de uma vida sofrida, a gente ia ter uma terra pra viver.** Era só isso mesmo, pois ninguém ia crescer. **Eu pensava que eu ia trabalhar só pra gente e ia ser bem melhor do que antes** (Discurso assentado 6, PA Varamé I).

**Nói pensava em plantar.** Isso aqui era só mato e nói descampamo tudinho pra trabalhar! (Discurso assentado 9, PA Varamé I).

Eu pensava que entrando aqui **eu ia sair da vida sofrida, do [trabalho] alugado** (Discurso assentado 9, PA Varamé I).

Os discursos acima mostram a imagem de um território que possibilitaria a mudança de vida dos camponeses e suas famílias, um local que permitiria uma libertação da condição vivenciada anteriormente: “ia ser bem melhor do que antes”, “eu ia sair da vida sofrida, do [trabalho] alugado”. Por isso, participar dos “sem-terra” era a possibilidade de fazer com que o “espaço imaginado” se tornasse real: “ia ganhar a terra e íamo produzir”, “ia ter uma terra pra trabalhar”, “ter uma terra pra trabalhar”, “pedaço de terra pra nós trabalhar e construir a nossa vida e dos nossos filho”, “Ter a terra pra trabalhar”, “gente ia ter uma terra pra viver”, “ia trabalhar só pra gente”, “Nói pensava em plantar”. Realidade possível de ser alcançada e que dava encorajamento: “Era isso que animava as famílias”.

As ações coletivas das famílias camponesas em torno das ocupações e da conquista do espaço imaginado se fortaleciam, principalmente, quando o discurso do movimento deixava claro que não era permitida a entrada ou a participação de indivíduos que não tivessem uma aproximação com o trabalho na agricultura camponesa, ou seja, com a vida “dura da roça”:

**O assentamento ia ter famílias de trabalhadores rurais** (Discurso assentado 2, PA Independência).

**Na realidade, nós conseguimos isso porque somos agricultor e temos que trabalhar!** (Discurso assentado 3, PA Independência).

Eles dizia que era pra gente trabalhar! Só pra gente trabalhar, **não era pra butar ninguém de fora. É só pro agricultor mesmo!** (Discurso assentado 6, PA Varamé I).

Agora, eles [MST] sempre falava de muita coisa e eu nem me lembro mais o que é. Eu sei que o nome do movimento é MST, **movimento sem-terra e isso já diz tudo** (Discurso assentado 7, PA Varamé I).

Nesse sentido, a imagem e realidade se confundem hoje. Os territórios dos PA são locais para o trabalho duro, esforçado e com bastante dedicação, aceito e construído somente para quem trabalha de fato na agricultura:

**Se o cara pensar que vem praqui pra viver de boniteza que nem pavão, ele tá enganado! Nem pense em entrar pro lado dos sem-terra! Aqui é pra trabalhar!** (Discurso assentado 1, PA Independência).

**É um trabalho sofrido, não é todo mundo que aguenta não** (Discurso assentado 8, PA Varamé I).

**Isso aqui era só mato e nói descampamo tudinho pra trabalhar!** (Discurso assentado 9, PA Varamé I).

Com isso, afirmamos que a construção do “espaço imaginado” é fruto dos discursos de mediação do MST. Por meio destes, o mundo material é oferecido à imaginação dos assentados, como uma “imagem territorial criada” e que possibilita novas ações e formas de conhecimento, a partir de uma visão crítica do passado e de uma nova perspectiva de futuro.

Porém, a realidade territorial vivenciada hoje, já dá indícios de uma série de embates e de conflitos estabelecidos entre as famílias e o MST. A paisagem territorial criada pelo movimento e imaginada pelos assentados não condiz com a vivida. Por isso, os novos saberes adquiridos e vivenciados permitem uma comparação e questionamento entre o discurso e a realidade.

Sobre este novo ponto da nossa discussão, verbalizam assim alguns assentados:

**É muita promessa e pouca realidade! Do MST, é muita promessa!** (Discurso assentado 3, PA Independência).

**Hoje está com uma promessa de sair um dinheiro pra cercar a terra, pra criar e sobreviver. E a gente estamos com a esperança** (Discurso assentado 4, PA Independência).

**Esperamos, esperamos e ainda não chegou!** Não sei se ainda vai chegar, não sei! (Discurso assentado 8, PA Independência).

Só tem a terra pra trabalhar, mas esses negócios que eles disseram **não chegou ainda não**. Possa até ser que chegue, mas até agora não (Discurso assentado 7, PA Independência).

**Tem coisa que prometeu e não cumpriu ainda.** (Discurso assentado 8, PA Independência).

As palavras/frases/expressões tais como “É muita promessa e pouca realidade!”, “Tem coisa que prometeu e não cumpriu ainda”, “Do MST, é muita promessa!”, “Hoje está com uma promessa” retratam bem que o discurso do MST não se faz real. Isso leva os assentados a uma espera que não chega: “Esperamo, esperamo e ainda não chegou!”, “não chegou ainda não”, podendo isso contribuir para desacreditar na possibilidade dos movimentos sociais. Daí a desmobilização das famílias assentadas que se presenciou posteriormente à conquista do acesso à terra.

Por isso, estabelece-se a ruptura entre a imagem territorial criada pelo movimento ou, em outras palavras, entre o espaço imaginado e o espaço vivido pelo assentado, levando a uma série de confrontos discursivos, o que acontece tanto entre os assentados e o movimento, como com relação ao próprio INCRA:

**Reforma Agrária já é lenta! Existe mais pra eles [INCRA], no papel! No papel, pra eles [INCRA] toda vida existiu! Agora pra gente, quando a gente começa a pegar um pedaço de terra e começa a trabalhar, eles [INCRA] recurso nenhum dá. Porque Reforma Agrária pra eles [INCRA] é um papel que você coloca lá na gaveta e diz que todo ano tem Reforma Agrária. Todo ano tem projeto para aquilo, mas pra mão do agricultor nunca vem** (Discurso assentado 5, PA Independência).

Daí a ruptura entre discurso e realidade. Questão que analisaremos na seção seguinte. Contudo, ainda, gostaríamos de acrescentar que o MST conseguiu aproximar-se e convencer as famílias que, após a mobilização, conseguiram passar da condição de “sem-terra” para a de “com-terra” porque, antes mesmo da aceitação do discurso da luta pela terra formulado e dito pelo movimento, já imaginavam ter garantido o seu direito à terra.

Em sendo assim, como nada acontece do nada, o MST conseguiu identificar, ressaltar e valorizar enunciados relativos à luta pela terra que se aproximavam daqueles que as próprias famílias assentadas já haviam formulado e imaginado; só não tiveram, até então, a força de articulá-los em discursos eficazes para fazer valer a sua luta pela terra.

## A ruptura com a representação e imagem construída pelo MST: o embate discursivo

Ao comentar a relação entre o espaço material e o “espaço [simbolicamente] construído” a partir de imagens e/ou representações da linguagem, Raffestin (1993) afirma: “[...] fizemos da imagem um "objeto" em si e adquirimos, com o tempo, o hábito de agir mais sobre as imagens, simulacros dos objetos, do que sobre os próprios objetos” (RAFFESTIN, 1993, p. 145).

Desse modo, ressaltamos que são essas representações do espaço que permitem o acontecer histórico de novas territorialidades para a construção do “território visto” e/ou do “espaço vivido”.

A representação proposta aqui é, portanto, um conjunto definido em relação aos objetivos de um ator. Não se trata, pois, do "espaço", mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. E, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Com base nesta perspectiva teórica, entendemos que as representações de qualquer realidade espacial se tornam um “guia de ação” para o sujeito na construção de seu território. Uma vez que este é um projeto resultante não somente das práticas dos sujeitos, mas também das imagens do e no espaço.

Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos. É por esses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Entretanto, não devemos negligenciar o fato de que tais imagens são, dialeticamente, construídas com base nas experiências das práticas socioespaciais dos homens e das mulheres ao longo do seu percurso de existência no mundo.

Nesse sentido, as imagens construídas pelo MST no período de luta pela terra dos PA Independência e Varamé I serviram de base para as práticas das famílias assentadas nas ocupações, permitindo que estes territórios existissem, primeiro, como espaços imaginados a partir das experiências socioespaciais, para depois se tornarem realidades materiais.

Por isso, as palavras/frases/expressões “Ganhar a terra”, “ter casa”, “vão trabalhar na roça”, “vão produzir por conta própria”, “vão criar”, “lugar de benfeitoria”, vistas e analisadas na seção anterior, mostram que as representações dos territórios dos PA no quadro discursivo da luta pela terra incentivaram as práticas socioespaciais dos camponeses-assentados. Isto possibilitou não só a imaginação, mas também a ação ou a tentativa de tornar a imaterialidade em objetividade.

Porém, quando questionados com relação aos discursos do MST sobre os assentamentos, enquanto “imagens do espaço”, e estes territórios como realidade vivida atualmente, observamos certa quebra entre representação e materialidade, não obstante o fato de que as representações se formulam com base em experiências territoriais.

Nesta perspectiva, ou seja, corroborando a contradição acima identificada, destacamos algumas falas ditas pelos assentados:

**Prometeu que ia ter posto de saúde, escola** (Discurso assentado 1, PA Independência).

**Disse que ia ter escola, posto de saúde**, disseram que ia fazer uma caixa d’água, fazer um poço artesiano com uma pessoa pra controlar a água. (Discurso assentado 2, PA Independência).

**Que vai ter veterinário, que vai ter professor, que vai ter mil maravilha! Nos ia ter posto, ia ter grupo escolar aqui dentro, a gente [a ter assistência médica, a gente a ter assistência veterinária, ora mil maravilha! É só mil maravilha! Nem estrada a gente tem. Até hoje nada!]** (Discurso assentado 3, PA Independência).

**Dizia! Dizia que era pra gente produzir! Dizia que era pra gente criar! [...] Dizia que ia chegar dinheiro pra gente, dizia que ia chegar muita coisa.** (Discurso assentado 4, PA Independência).

Quando a gente se assentou as reuniões era só essa. **Que ia ter posto, ia ter escola... Eles falava que o INCRA ia colocar um posto de saúde, uma ter uma escola pra nossos filho.** Mas, só que isso até aqui não chegou. **Esperamo, esperamo e ainda não chegou! Não sei se ainda vai chegar, não sei!** (Discurso assentado 6, PA Varamé I).

**Eles [MST] dizia que se nós fosse assentado, o terreno com o tempo ia passar a ser dagente**, ia ser passado pro nosso nome. O terreno tá no nome do meu pai e uma hora vai chegar a ser do meu pai. **Eles falava que a gente ia irrigar, ia ter uma escola, ia ter um posto de saúde. Disse que ia fazer. Mai, agora, nós tem que esperar** (Discurso assentado 8, PA Varamé I).

**Eles prometia a terra sair.** A promessa deles era a terra e depois era com o INCRA. E o INCRA vei, revistou e fez a divisa da terra. [...] **Eles falava que ia ter um negócio de posto. E aqui nem cerca tem pra cercar a terra** (Discurso assentado 9, PA Varamé I).

Os discursos acima deixam bem claro que, além da cultura da espera, as imagens projetadas dos PA pelo MST tinham por base a construção e efetivação de territórios de vida e de trabalho, apresentando uma série de serviços e atividades que possibilitariam



uma mudança na condição socioterritorial das famílias camponesas. Porém, os territórios não se fizeram dessa forma, antes, tornaram-se realidades construídas a partir de discursos cheios de promessas: “Há, era muita promessa!” (Discurso assentado 4, PA Independência).

Nessa perspectiva, as verbalizações acima nos permitem afirmar que a imagem territorial projetada ou o espaço imaginado pelo movimento social (que enunciam mudança das condições materiais de existência dos assentados e das assentadas em sua totalidade) não condiz com a realidade (material) vivida pelas famílias nos PA Independência e Varamé I (em significativo contexto de carências e ausências decorrentes de um espaço produzido sem cidadania).

O que observamos, a partir de todo quadro discursivo levantado em campo, é que houve de fato uma ruptura entre o discurso do MST e os territórios dos PA após a conquista do assentamento na medida em que este discurso não teve continuidade no sentido da contemplação das carências e ausências inerentes às territorialidades das famílias assentadas. Em outras palavras, houve um rompimento entre a “imagem territorial e projetada e o território real” (RAFFESTIN, 1993, p. 148).

Seguindo ainda a visão deste geógrafo francês, a ruptura acontece quando a concepção de imagem não se torna uma realidade, ou seja, quando o discurso não se faz real, não passa a existir enquanto materialidade: “Isso significa que, se há ruptura, esta só pode existir entre a informação que seria desejável no sistema de objetivos e a informação à disposição” (RAFFESTIN, 1993, p. 147). Em outras palavras, o que é dito por um ator não é visto (ou vivido) por outro: “[...] pois não existe somente um único ator” (RAFFESTIN, 1993, p. 148); o que, por outro lado, indica que está havendo problemas a serem considerados e, portanto, superados a fim de contribuirmos para incrementar as relações sociais entre os principais sujeitos do processo de Reforma Agrária (RA) no Brasil.

No caso específico em análise, entendemos que a ruptura ora considerada passou a existir a partir do momento em que a contradição entre o território material vivido pelos assentados e a imagem do espaço projetada dos PA nos discursos do MST foi percebida e criticada pelas famílias assentadas no âmbito mesmo do processo de luta pela terra. Esse rompimento fez com que os territórios dos assentados e das assentadas não se configurassem conforme verbalizou o movimento sem-terra, reforçando a

contradição entre a informação construída na linguagem e a contida na realidade, o que é inerente à complexidade dos fatos que envolvem o problema desta reflexão.

Por isso, os discursos foram embasados em torno de palavras/frases/expressões como “Disse que ia ter”, “Disse que ia fazer”, “Que vai ter”, “Nos ia ter”, “ia ter”, “Dizia que ia ter”, “Prometeu que ia ter”, “Que ia ter”, “ia colocar”. Estas mostram bem que o movimento permitiu a representação de territórios que possibilitariam novos caminhos nas vidas dos camponeses que tomassem a luta pela terra como alternativa.

Porém, a contradição entre a realidade vivida e a imagem criada é percebida quando analisamos o significado-território das expressões. Percebe-se que há uma contradição entre o vivido e a paisagem criada. “Ia ter”, “Dizia que ia ter” e “Que vai ter” são exemplos de expressões que remetem a uma realidade que se apresentou somente no discurso e que não acontece enquanto materialidade: “até hoje nada”, “E aqui nem cerca tem pra cercar a terra”, “Nem estrada a gente tem”. A realidade territorial não se fez e não se fez como foi dito, mas antes, tornou-se uma realidade inatingível: “Nunca é como eles (MST) dizia! Vamo supor que do que eles [MST] corresponde a um 10% do que ele dizia” (Discurso assentado 5, PA Independência). Isso acontece em uma condição socioespacial que deixa muitos assentados numa espera<sup>1</sup>: “Esperamo, esperamo e ainda não chegou! Não sei se ainda vai chegar, não sei!”, “Mai, agora, nói tem que espera”, “E a gente estamo com a esperança e já faz mais de dez ano que vai sair esse dinheiro” (Discurso assentado 4, PA Independência).

O conteúdo destas últimas falas demonstra, também, um sério problema existente no processo dos movimentos sociais que não pode ser negligenciado nesta discussão, ou seja, o que diz respeito a uma certa passividade, no caso ora analisado, das famílias assentadas. Em outras palavras, elas não devem ficar paradas esperando tudo da parte apenas do MST, mas se utilizar da sua grande esperança, norteadas pela sua imagem de um território mais justo, para pressionar as lideranças do movimento a fim de fortalecerem-se frente ao Estado (representado, no caso, pelo INCRA).

Outro aspecto que pode ser chamado à atenção com relação à ruptura entre discurso e realidade refere-se à situação de instabilidade e embates (discursivos). A partir do momento em que a “imagem do espaço” não se traduz totalmente na realidade territorial<sup>2</sup>, essa representação se degrada<sup>3</sup> e o processo de conflito se estabelece.

Por isso, a desigualdade entre o território material vivenciado pelas famílias assentadas nos PA Independência e Varamé I e a imagem representada nos discursos do MST também criou uma situação de instabilidade. Uma vez que ao questionar a imagem projetada pelos discursos do movimento, as famílias assentadas passam ao nível do embate discursivo, desqualificando o que foi dito antes da existência objetiva dos territórios<sup>4</sup>.

Nessa perspectiva, a desqualificação do discurso do MST se deu a partir de novas verbalizações que tomam por base a realidade territorial vivida. Ou seja, foram as formas de conhecimento alicerçadas pelas famílias assentadas no cotidiano territorial<sup>5</sup> que permitiram a construção de um novo quadro discursivo<sup>6</sup>.

O embate discursivo acima colocado, na verdade, acontece com a negação direta dos discursos do MST, resultante do impacto inicial decorrente da percepção, por parte das famílias assentadas, de que o discurso do movimento distancia-se do seu próprio discurso.

**Eu só vi conversa e até hoje não apareceu foi nada. Promessa foi muita!** Pra falar a verdade, todo mundo promete e não faz nada. **Prometeu até o céu a pessoa** (Discurso assentado 2, PA Independência).

Dizia não, diz! **É muita promessa e pouca realidade! Do MST, é muita promessa! Coisa boa! Só conversa boa. Somente beleza! Eu só não, todos foram iludidos com promessa bonita! Só promessa bonita! Todos!** (Discurso assentado 3, PA Independência).

**Só na boca deles [MST] é que tem, mas dentro das áreas [assentamentos] é difícil chegar** (Discurso assentado 5, PA Independência).

Disseram que a gente ia ter casa e ia ter terra pra trabalhar. **Só tem a terra pra trabalhar, mas esses negócios que eles disseram não chegou ainda não.** Posso até ser que chegue, mas até agora não (Discurso assentado 7, PA Varamé I).

As palavras/frases/expressões como “Promessa foi muita!”, “Prometeu até o céu a pessoa”, “É muita promessa e pouca realidade!”, “Do MST, é muita promessa!”, “Só promessa bonita!”, “Eu só não, todos foram iludidos com promessa bonita!” são exemplos que confirmam a ruptura com a realidade discursiva do MST. Estas carregam relações de poder, principalmente, por negarem o que foi dito pelo movimento, sintetizando bem o quadro de embate: “Só na boca deles [MST] é que tem”. Um conflito que se justifica nas dificuldades de construir uma vida com produção e trabalho na agricultura dentro dos territórios: “mas dentro das áreas [assentamentos] é difícil chegar”, “mas esses negócios que eles disseram não chegou ainda não”.

Portanto, tais enunciados indicam que ainda permanece a questão no que se refere ao problema do processo da RA, ou seja, ao da falta da compreensão de que este processo não possui apenas um protagonista – o movimento social, por exemplo – mas um conjunto de protagonistas, incluindo, no caso ora em análise, as próprias famílias assentadas as quais, se não cumprirem com seu papel de automobilizarem-se e pressionarem para fazer valer seus territórios imaginados, continuarão esperando a vida inteira. No que se refere aos enunciados relativos ao que os assentados e as assentadas de fato esperavam encontrar enquanto realidade territorial após a concessão da terra:

**Eu achava que ia ser bom! Pra vista do que a gente vivia dentro de uma casa [na rua] somente, é muito melhor!** (Discurso assentado 1, PA Independência).

Quando eu entrei aqui, **o meu objetivo era crescer** com a ajuda financeira que o Governo desse. **A minha vontade era crescer**. Porque quando você entra dentro de uma área que passa a ser assentamento **você pensava em ver as coisa melhorar** (Discurso assentado 5, PA Independência).

**Eles dizia que ia ter. Mas, até hoje só a casa e a terra** [parcela] [...] **A gente pensava** que, como já vinha de uma vida sofrida, **a gente ia ter uma terra pra viver**. Era só isso mesmo, pois a gente ia crescer. **Eu pensava que eu ia trabalhar só pra gente e ia ser bem melhor do que antes** (Discurso assentado 6, PA Varamé I).

**Eu pensava que entrando aqui eu ia sair da vida sofrida** (Discurso assentado 9, PA Varamé I).

As palavras/frases/expressões como “Eu achava que ia ser bom!”, “o meu objetivo era crescer”, “minha vontade era crescer”, “pensava em ver as coisa melhorar”, “Eu pensava que [...] ia ser bem melhor do que antes” mostram a desigualdade entre o que viria a ser o território do assentamento, com base no discurso do MST, e o que de fato é enquanto realidade vivida. Estas nos apresentam a quebra da esperança e em certa medida uma desilusão: “Eu pensava que entrando aqui eu ia sair da vida sofrida”. E aqui entendemos que desqualificar não é simplesmente negar o discurso do movimento, mas é, também, a emergência de um quadro discursivo que continua a tomar como base a experiência territorial e se constroem de forma a traduzir o que de fato é a realidade. O que, por seu turno, evidentemente, não se encontrava presente na verbalização do movimento no período de ocupação.

Nessa perspectiva, corroboramos com a ideia de que os lugares onde os discursos são proferidos são importantes, daí a sua dimensão espacial. São as especificidades dos territórios dos PA Independência e Varamé I que dão legitimidade

às falas dos assentados, fazendo dos enunciados indicados uma forma de saber no espaço e em tempo determinado. Por isto, ressaltamos que é no âmbito do contexto socioterritorial das famílias assentadas que podemos entender o verdadeiro sentido das suas relações cotidianas e determinadas situações experienciadas. Ao mesmo tempo em que esses discursos permitem, inclusive, apontar caminhos para a construção de um novo território, diferente do que é vivido agora. Porém, também, não negamos que muitos dos discursos que desqualificam o MST e o INCRA estão associados à passividade e à cultura da espera dos camponeses. Tais elementos são fruto, a nosso ver, da cultura da individualidade em um contexto de negação da cidadania construída no curso dos séculos de exploração inerente ao processo de formação territorial brasileiro, anterior à conquista dos PA.

Por isso, o discurso do e no espaço é uma forma de ação mais ativa ou passiva. Da mesma forma que o discurso possibilita a construção de uma realidade imaterial do territorial, a partir das representações espaciais, a ruptura conduz a um embate também a nível discursivo, possibilitando novas ações e mobilizações para a sua concretização no território.

A consequência dessa ruptura se traduz no nível da ação, isto é, essa ruptura significará então uma relação de poder dissimétrica, pois os ganhos antecipados correm o risco de ser inferiores aos ganhos efetivamente realizados, considerando-se a energia investida no processo. Só após a ação se verifica o valor da energia informada, cristalizada na representação (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Por isso, cabe destacar em que medida a referida desqualificação pode conduzir a novas territorialidades nos territórios dos PA. De qualquer maneira, algo já se avançou no processo de RA brasileiro. O acesso a terra é um passo muito importante nesse processo, pois conquistar um território para chamar de seu é de suma importância para novas conquistas.

### **Considerações finais**

A investigação permitiu a visualização dos PA Independência e Varamé I como territórios que revelam uma dinâmica socioterritorial conflituosa. Com base nos discursos analisados, identificamos a construção de imagens e representações dos territórios. Na realidade, as análises mostram um verdadeiro campo de lutas e

afrontamentos em torno do processo de concretização da Reforma Agrária no Brasil e, principalmente, dos assentamentos rurais.

Trata-se de uma disputa territorial que se estabelece pelo desencontro entre discursos e imagens construídas e ditos no curso espiral do processo de luta pela terra no campo brasileiro com base na realidade territorial experienciada pelos assentados e pelas assentadas no âmbito dos referidos PA.

Entendemos que qualquer representação ou imagem territorial criada por um sujeito permite a realização de ações e práticas de outros sujeitos em busca da conquista real do território. Porém, caso haja contradições nítidas entre “imagem territorial projetada” e o “território real” podem ocorrer novos embates, conflitos e divisões das ações dos sujeitos que se acham na base das lutas por uma porção do espaço, tal como ocorre nos territórios do PA. Por isso, afirmamos que a realidade ora estudada, ou seja, a dos territórios dos assentamentos em Passira-PE são frutos dos discursos de mudança e interação social e econômica ditos pelo MST.

Porém, a realidade vivida pelas famílias assentadas mostrou-se contrária à imaginada pelo discurso do movimento social. Os discursos proferidos clarificaram a ideia de que a construção e a efetivação do processo de inclusão socioterritorial das famílias assentadas pelos PA considerados devem ser estabelecidas não somente por discursos, mas, simultaneamente, a partir de práticas sociais que atendam as reais demandas do cotidiano territorial dos indivíduos que vivem e fazem dos assentamentos seus locais de existência.

## Notas

---

<sup>1</sup> Mais uma vez observamos aqui a desmobilização dos assentados logo após a conquista dos PA, fato que amplia a cultura da espera das ações do MST e que faz da RA uma política que acontece de cima para baixo.

<sup>2</sup> Essa perspectiva é confirmada teoricamente em Raffestin (1993), quando afirma: “[...] uma imagem nunca é transcrita tal e qual a partir do plano, mas isso é banal.” (RAFFESTIN, 1993, p. 148).

<sup>3</sup> Assim, afirma-nos Raffestin (1993): “A representação resulta de um trabalho e como tal pode ser qualificada como energia informada. Essa energia informada, como todas as outras, aliás, não é estável; ela se modifica e finalmente se degrada” (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

<sup>4</sup> Em alguns momentos, os assentados também desqualificam o que foi dito pelo INCRA, colocando ambos no mesmo patamar.

<sup>5</sup> Os discursos dos assentados não aparecem aqui como uma simples manifestação da fala ou do ato de fala (FOUCAULT, 2012), mas como um conjunto de enunciados que se torna um objeto de seu desejo e verdade, constituindo-se como uma possível prática social (FAIRCLOUGH, 2001) e territorial que apontam erros e “inverdades” no discurso do movimento.

<sup>6</sup> O que nos faz reafirmar que qualquer verbalização sobre o espaço não é somente uma relação de poder, mas também, é uma articulação com o saber na busca da verdade (FOUCAULT, 2012).

## REFERÊNCIAS

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. *in*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAUME, David José. **A tessitura do “assentamento de reforma agrária”: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2002.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. New York: Longman, 1989.

\_\_\_\_\_. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8<sup>o</sup> edição, Rio de Janeiro, Editora Fourense Universitária, 2012.

GOVERNA, Francesca. Sul ruolo attivo della territorialità di Francesca Governa, in DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca (a cura di). **Territorialità sviluppo locale, sosteibilità: il modello slot**, Franco Angeli, Milano, 2005.

MORAIS, Hugo Arruda de. **Territórios, territorialidades e discursos em torno dos projetos de assentamentos rurais em Passira-PE: uma análise discursiva do processo de inclusão socioterritorial das famílias assentadas**. Tese (Doutorado em geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Recife, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4<sup>a</sup> ed. 4<sup>a</sup> reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 3<sup>o</sup> ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

|  |
|--|
| Recebido em 09/06/2019.<br>Aceito para publicação em 19/03/2020. |
|--|